

*“Adoramos a perfeição, porque não a podemos ter;  
repugná-la-íamos se a tivéssemos.  
O perfeito é o desumano porque o humano é imperfeito.”*  
**(Fernando Pessoa, 1888-1935)**

## ÍNDICE

Índice de Figuras e Tabelas . . . . .	11
Siglas e Acrónimos . . . . .	13
Prefácio . . . . .	17
Nota Introdutória. . . . .	19
Nota à 2.ª Edição . . . . .	23
<b>Capítulo 1. Enquadramento da Auditoria . . . . .</b>	<b>25</b>
1.1. Conceito e objetivos da auditoria. . . . .	25
1.2. Auditoria Interna e Auditoria Externa . . . . .	30
1.3. O normativo de auditoria . . . . .	31
1.4. Órgãos de governo societário . . . . .	39
1.5. A profissão de Revisor Oficial de Contas. . . . .	45
<b>Capítulo 2. A Opinião em Auditoria e Relatórios de Auditoria . . . . .</b>	<b>49</b>
2.1. A Certificação Legal de Contas . . . . .	49
2.2. Tipos de opinião . . . . .	52
2.2.1. Opinião não modificada . . . . .	53
2.2.2. Opinião modificada . . . . .	55
2.2.3. Comunicação de matérias relevantes de auditoria . . . . .	57
2.2.4. Comunicação de outras matérias . . . . .	58
2.2.5. Estrutura do relatório de auditoria. . . . .	59
2.2.6. Relatórios de revisão limitada . . . . .	61
2.3. Exemplos de relatórios de auditoria . . . . .	62
<b>Capítulo 3. O Controlo Interno e a Avaliação do Risco. . . . .</b>	<b>89</b>
3.1. Controlo interno e sistema de controlo interno . . . . .	89
3.1.1. A eficiência do controlo interno. . . . .	90

3.1.2.	A responsabilidade pelo controlo interno . . . . .	94
3.1.3.	Do controlo interno preventivo ao controlo interno detetivo . . . . .	95
3.1.4.	Os controlos <i>hard</i> e os controlos <i>soft</i> . . . . .	97
3.2.	O risco em auditoria. . . . .	98
3.2.1.	Classificação dos riscos . . . . .	102
3.2.2.	Asserções subjacentes às demonstrações financeiras . . . . .	104
3.3.	O sistema de gestão de riscos no setor financeiro . . . . .	106
<b>Capítulo 4.</b>	<b>Planeamento em Auditoria e Obtenção de Prova . . . . .</b>	<b>109</b>
4.1.	O processo de planeamento em auditoria . . . . .	109
4.2.	A materialidade . . . . .	114
4.3.	A prova em auditoria e os papéis de trabalho . . . . .	117
4.4.	A amostragem em auditoria. . . . .	128
<b>Capítulo 5.</b>	<b>A Fraude em Auditoria . . . . .</b>	<b>131</b>
5.1.	Enquadramento normativo da fraude. . . . .	131
5.1.1.	O erro e a fraude. . . . .	133
5.1.2.	Apropriação indevida de ativos . . . . .	135
5.1.3.	Principais procedimentos de auditoria . . . . .	136
5.1.4.	Comunicação da prática de fraude . . . . .	141
5.2.	As principais fraudes internacionais das últimas décadas . . . . .	142
<b>Capítulo 6.</b>	<b>Auditoria ao Ciclo Operacional. . . . .</b>	<b>147</b>
6.1.	Principais aspetos contabilísticos e fiscais . . . . .	147
6.1.1.	Meios financeiros líquidos . . . . .	147
6.1.2.	Contas a receber e contas a pagar. . . . .	153
6.1.3.	Inventários e ativos biológicos . . . . .	163
6.1.4.	Provisões e contingências . . . . .	168
6.1.5.	Outras transações do ciclo operacional. . . . .	170
6.2.	Inventários, litígios e reclamações: aspetos particulares de auditoria . . . . .	173
<b>Capítulo 7.</b>	<b>Auditoria ao Ciclo do Investimento . . . . .</b>	<b>177</b>
7.1.	Principais aspetos contabilísticos e fiscais . . . . .	177
7.1.1.	Ativos fixos tangíveis . . . . .	178
7.1.2.	Propriedades de Investimento . . . . .	185

7.1.3. Ativos intangíveis . . . . .	186
7.1.4. Investimentos financeiros. . . . .	192
7.2. Práticas de controlo interno e procedimentos de auditoria . . . . .	200
<b>Capítulo 8. Auditoria ao Ciclo do Financiamento . . . . .</b>	<b>203</b>
8.1. Principais aspetos contabilísticos e fiscais . . . . .	203
8.1.1. O capital próprio. . . . .	205
8.1.2. O capital alheio . . . . .	213
8.2. Práticas de controlo interno e procedimentos de auditoria . . . . .	219
<b>Capítulo 9. Aspetos Particulares em Auditoria. . . . .</b>	<b>221</b>
9.1. Impostos correntes e impostos diferidos . . . . .	221
9.2. Auditoria aos saldos de abertura . . . . .	229
9.3. Auditoria ao relato por segmentos . . . . .	230
9.4. Auditoria à informação financeira prospetiva . . . . .	233
9.5. Auditoria aos controlos em empresas de serviços . . . . .	235
9.6. Auditoria à informação financeira pró-forma contida em prospetos . . . . .	236
9.7. Continuidade ( <i>Going Concern</i> ) . . . . .	237
<b>Capítulo 10. Casos Práticos. . . . .</b>	<b>241</b>
Notas Finais . . . . .	347
Bibliografia Consultada . . . . .	351

## ÍNDICE DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1.1. – Enquadramento da auditoria . . . . .	26
Figura 1.2. – A mitigação dos conflitos de agência . . . . .	27
Figura 1.3. – A contabilidade e a auditoria . . . . .	28
Figura 1.4. – Estrutura do normativo do IAASB . . . . .	32
Figura 1.5. – As responsabilidades do órgão de gestão e do revisor/auditor . . . . .	37
Figura 1.6. – As linhas de defesa do setor financeiro . . . . .	44
Figura 2.1. – Tipos de opinião . . . . .	53
Figura 2.2. – Tipos de opinião modificada . . . . .	55
Figura 2.3. – Estrutura geral do relatório de auditoria . . . . .	60
Figura 3.1. – Agregação das Componentes do Controlo Interno	92
Figura 3.2. – Exemplos de Controlos Preventivos e Controlos Detetivos . . . . .	96
Figura 3.3. – Controlos <i>hard</i> e controlos <i>soft</i> . . . . .	98
Figura 4.1. – Plano global de auditoria . . . . .	111
Figura 4.2. – As determinantes da materialidade . . . . .	116
Figura 4.3. – Materialidade ( <i>Benchmark</i> de valores de referência)	117
Figura 4.4. – A qualidade da prova . . . . .	120
Figura 4.5. – Procedimento de confirmação externa . . . . .	122
Figura 4.6. – Acontecimentos subsequentes . . . . .	125
Figura 4.7. – Arquivo da documentação de auditoria . . . . .	127
Figura 5.1. – O impacto da fraude na opinião de auditoria . . . . .	139

Figura 7.1. – Mensuração inicial dos Ativos Fixos Tangíveis . . .	181
Figura 8.1. – Principais fontes de financiamento em capital alheio. . . . .	204
Figura 8.2. – Principais fontes de financiamento em capital próprio. . . . .	204
Figura 8.3. – Emissão de ações: fases contabilísticas . . . . .	207
Figura 8.4. – Operação de <i>lease-back</i> . . . . .	217
Figura 9.1. – Apuramento do resultado fiscal . . . . .	222
<b>Tabelas</b>	
Tabela 6.1. – Exemplos de controlos internos. . . . .	153

## PREFÁCIO

A obra que temos na mão é muito interessante, pegando, desde logo, no título, da organização da empresa para seguir até à auditoria. A transmissão da sentença da página pré-texto é preciosa – só mesmo dita ou ditada por Fernando Pessoa ganha verdade, não é fácil entender naquilo que é obvio. É um alerta importante quando se fala de risco – é deste que trata a obra, como fica sublinhado no decurso da obra.

A simples percepção do risco é uma tarefa decisiva no desenvolvimento do trabalho de auditoria e isso implica julgamento, uma capacidade que tem de, por vezes arduamente, ser adquirida, treinada, pelo auditor.

O essencial do trabalho deste é julgamento, que implica observações, inquéritos, comparações, atitudes de desconfiança e ceticismo, intrusão, mexer nas coisas, por vezes sujar as mãos – e tudo isto num ambiente requerido de paz, de colaboração, exigido pela salutar governação.

São dez os capítulos, o último dedicado, em cerca de 100 páginas ao estudo de 28 casos práticos, por onde perpassa a matéria distribuída pelas mais de duzentas antecedentes. No primeiro capítulo (“Enquadramento da Auditoria”, um pouco mais de vinte páginas) assinala-se a diferença entre a auditoria interna e a auditoria externa e a sua expressão nas “linhas de defesa” descritas quinze páginas mais à frente, usando, sobretudo, o contexto do setor financeiro, e descrevem-se os principais conceitos e objetivos da auditoria, a ligação à gestão e, muito brevemente, para que serve o revisor oficial de contas.

Nas quarenta páginas seguintes, o Capítulo 2 dedica-se à comunicação do resultado do trabalho, descrevendo os instrumentos e as funções de expressão da opinião e o seu conteúdo. Contêm interessantes exemplos as parcelas referentes à comunicação de matérias relevantes de auditoria e a comunicação de outras matérias. Contém-se no Capítulo 3 a distinção entre controlo interno e sistema de controlo interno, bem como as suas ligações ao governo da sociedade e ao risco em auditoria e, com ênfase, a gestão de riscos no setor financeiro. O trabalho essencial de planeamento da auditoria é objeto do Capítulo 4, onde é descrito, igualmente, a obtenção da prova. São temas primordiais a materialidade, os papéis de trabalho e a amostragem.

A fraude, o erro, a apropriação indevida de ativos e algumas notícias sobre fraudes internacionais merecem estudo num pequeno capítulo, o 5, antes de entrar nas matérias referentes aos ciclos económicos e financeiros. É assim que nos Capítulos 6, 7 e 8 encontramos, respetivamente, a auditoria ao Ciclo Operacional, ao Ciclo do Investimento e ao Ciclo do Financiamento, em cada um se apresentando os principais dados de teor contabilístico e fiscal, de que emanam as consequências em termos de verificação de contas, incluindo as referências ao controlo interno.

Por fim, no Capítulo 9 estão abrangidos trabalhos relativos a assuntos específicos, sempre com muito interesse. Foram ali escolhidos os temas de impostos (correntes e diferidos), os saldos de abertura, o relato por segmentos, a informação financeira prospetiva, os controlos em empresas de serviços e a informação financeira pró-forma contida em prospetos.

A obra é um excelente trabalho de localização da auditoria no quadro do governo das sociedades e de descrição dos trabalhos e dos pontos nevrálgicos que importa conhecer, tanto pelos profissionais, como pelos gestores, como pela academia.

JOSÉ RODRIGUES DE JESUS

Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

## NOTA INTRODUTÓRIA

Nas últimas décadas, com especial incidência a partir dos anos 80 do século xx, a transformação ocorrida nos negócios, resultado da crescente globalização das economias e dos progressos ocorridos nas tecnologias de informação e comunicação, traduziu-se no emergir de novos paradigmas sociais, mais especificamente na esfera económico-financeira. O desenvolvimento de novos modelos de negócio, os quais são caracterizados por uma maior sofisticação, complexidade e amplitude, associado igualmente à quebra e banalização dos mais elementares valores éticos e deontológicos, fazem-nos hoje repensar a própria arquitetura dos mecanismos de controlo e das regras de conduta organizacionais que inibem de forma furtiva os mais basilares valores sociais. É no paradoxo da transparência e progresso, em convergência com a procura gradual de criação de valor individual e coletivo, que a auditoria, num elementar princípio de rigor e justiça, procura incutir credibilidade e sentido nessas também elementares condutas individuais e coletivas. Trata-se, por isso, de aumentar o nível de confiança do público em geral e dos utilizadores da informação em particular.

Porém, continuam e certamente continuarão a estar bem vincados, na nossa memória, os múltiplos escândalos económico-financeiros que têm marcado as mais diversas economias e geografias. São contextos económica e financeiramente disruptivos, resultantes da violação, de forma dolosa ou negligente, de elementares deveres profissionais e de conduta ética. Fruto de tudo isso, assistimos hoje à queda de impérios que, indiscutivelmente, outrora tiveram o seu tempo e o seu espaço na criação de valor e supostamente na construção de uma

sociedade estruturalmente mais rica. Chegados aqui, talvez possamos associar a complexidade e a sofisticação à disrupção objetiva e à necessidade de estreitar os mecanismos de controlo e consequente apreciação, ainda que assente numa base de julgamento profissional, de condutas e omissões.

O mundo depara-se hoje com novos e complexos desafios, fundamentalmente associados à gestão e preservação da informação individual e coletiva. A ameaça das designadas “*big techs*” talvez seja o principal desafio à transacionalidade e ao controlo, afirmando-se como um catalisador da política monetária intercontinental, da transferência a custos residuais, eventualmente desregulada, de dados e informação. É neste espectro de aparente anarquia desregulada que se espera que o poder político e a regulação possam intervir de forma oportuna e incisiva.

A obra encontra-se estruturada em dez capítulos, seguindo na sua génese as normas internacionais de auditoria (ISA – *International Standard on Auditing*). Os dez capítulos procuram, de forma gradual, conduzir o utilizador num percurso dedutivo, ou seja, entroncar na validação particular a partir de um conjunto de asserções gerais. Assim, no CAPÍTULO I abordar-se-á o enquadramento da auditoria, incluindo a sua abrangência e amplitude, bem como os aspetos regulamentares e normativos subjacentes ao exercício da profissão.

O CAPÍTULO 2 norteia a problemática da tipologia da opinião e a consequente tipologia de relatórios a emitir pelo auditor. Procura abordar a sua responsabilidade na formação de uma opinião sobre as demonstrações financeiras, assim como a sua responsabilidade na comunicação de matérias relevantes de auditoria, ou outras matérias, em diálogo oportuno e transparente com os encarregados da governação.

O capítulo seguinte (CAPÍTULO 3) é dedicado à temática do controlo interno e da avaliação do risco, enquanto pilares fundamentais ao nível preventivo, detetivo e corretivo. É neste contexto que o conhecimento da entidade auditada e do seu ambiente de controlo, incluindo os seus sistemas de controlo interno e contabilístico, são procedimentos fundamentais ao nível da avaliação do risco de distorção material.

Ao longo do CAPÍTULO 4, o utilizador desta obra é impelido para a compreensão do processo de planeamento em auditoria, nas suas principais vertentes e asserções (Estratégia global da auditoria; Plano de Auditoria; Direção, Supervisão e Revisão; Documentação), bem como para os mecanismos de obtenção de prova, garantindo a sua adequação e suficiência. Ainda que assumindo uma natureza muito particular, não deixámos de abordar a natureza específica da temática da fraude, em especial na responsabilidade e nos comportamentos imputáveis ao auditor sempre que, no âmbito da identificação do risco de distorção material, é confrontado com a evidência da existência de fraude. É essa especificidade temática que será enquadrada e desenvolvida no CAPÍTULO 5.

Os três capítulos seguintes são fundamentalmente de aplicação prática da auditoria aos diversos ciclos de transações (CAPÍTULO 6 – Ciclo Operacional; CAPÍTULO 7 – Ciclo do Investimento; CAPÍTULO 8 – Ciclo do Financiamento), numa perspetiva puramente substantiva. Trata-se, por isso, de capítulos nos quais o objetivo é a implementação de procedimentos conducentes à mitigação do risco de deteção e consequentemente à mitigação do risco de auditoria. A simbiose entre a contabilidade e a auditoria encontram ao longo destes capítulos a sua essência e pertinência.

O CAPÍTULO 9 é dedicado aos trabalhos específicos de auditoria, nomeadamente auditorias ou revisões que incidam sobre informação prospetiva, sobre entidades de risco inerente específico e/ou setorial, informação financeira pró-forma, ou trabalhos com finalidade especial. Concluiremos este capítulo com uma análise crítica ao papel que a auditoria, *lato sensu*, poderá e deverá assumir na credibilização dos agentes económicos e dos órgãos de governação.

O último capítulo (CAPÍTULO 10) é exclusivamente dedicado à aplicação prática, sempre que tal se mostre relevante face aos objetivos da obra, dos conteúdos abordados ao longo dos nove capítulos anteriores. Consideramos que este capítulo traduz uma adequada ligação entre a teoria e a prática, ainda que estejamos conscientes de que os casos apresentados têm objetivos puramente académicos.

O caminho percorrido ao longo destes dez capítulos procura levar o utilizador diversificado a explorar tanto os aspetos gerais como os aspetos

particulares da auditoria, seja numa perspetiva doutrinal seja numa perspetiva técnica. Por se tratar de um domínio simbioticamente complexo, quer na especificidade quer na amplitude, requer do profissional da auditoria uma ímpar capacidade de julgamento, isenção e independência, na avaliação e nas recomendações a efetuar aos órgãos de governação, sempre numa premissa de criação de valor, privilegiando em todos os momentos a transparência e a consolidação normativo-legal.

ILÍDIO TOMÁS LOPES  
Setembro de 2019